

Informativo do Sindicato dos Urbanitários MA
26 de Março de 2021

PLR

Queremos Flexibilização Geral e pagamento dia 31

PPME proporcional, Bonificação Adicional proporcional também!

O STIU-MA se reuniu novamente com a Equatorial nesta quarta, 24 de março, como previsto. Na ocasião, o Sindicato expôs suas críticas à proposta da empresa para pagamento da PLR e apresentou uma contraproposta possível e justa.

Infelizmente, a Equatorial não quer discutir e muito menos negociar, a empresa quer apenas impor o que lhe convém. Diante da proposta do Sindicato, os representantes da empresa informaram que precisavam se reunir reservadamente para analisar e, quando voltaram pra reunião, foi só para dizer que não aceitavam e ponto.

Numa negociação democrática, onde está em jogo os interesses de dois lados, é de praxe cada um ceder um pouco e chegar a um consenso justo, encontrar um equilíbrio, mas a Equatorial parece desconhecer o conceito de justiça.

PLR: PROPOSTA INJUSTA DA EMPRESA x PROPOSTA DO STIU-MA

A empresa reafirmou que pagará a PLR, considerando que o EBTIDA, um dos critérios de pagamento, foi alcançado. Entretanto, não pagará o abono adicional, porque uma das metas para seu pagamento não foi atingida - o IAR (na verdade, faltou apenas cerca de 2% para seu atingimento).

A alegação da empresa para não pagar o terceiro salário é que não pode alterar a regra acordada, mas no caso do PGE e do PPME, cuja meta a ser atingida para fazer jus a ela é ter nota mínima 8 (oito), a empresa admite modificar a meta para efetuar o pagamento.

Segundo a Equatorial, cerca de 300 pessoas não atingiram essa pontuação mínima exigida para recebimento do PPME e do PGE, mas receberiam de forma proporcional à nota obtida.

O Sindicato concorda com a flexibili-

zação das metas, mas não da forma parcial proposta pela empresa. A proposta parece ser generosa com os trabalhadores, mas será que não é para beneficiar na verdade diretores, gerentes e líderes que não atingiram a nota e ficariam sem receber? A gente sabe que tem membro do alto escalão que não atingiu nem a nota 7.

Os dirigentes sindicais insistiram que o momento exige sim flexibilização das metas, porque é um momento atípico, mas essa flexibilização não pode ser seletiva. Todas as metas deviam ser flexibilizadas, inclusive a meta para pagamento da bonificação adicional.

Veja a incoerência: faltou apenas cerca de 2% para atingimento da meta do bônus adicional (3º salário), enquanto para as metas individuais e por equipe do PPME, alguns sequer atingiram 70%, e a proposta da empresa é fazer o pagamento proporcional à nota no caso do PGE e do PPME, mas não pagar nada de abono adicional, porque não pode alterar as regras. Por que será? A gente faz uma ideia...

A direção do Sindicato entende que vivemos um momento delicado, mesmo assim os trabalhadores se desdobraram para gerar lucros ao grupo Equatorial (muitos lucros), portanto precisam serem recompensados. É uma questão de justiça.

Diante disso, a proposta do STIU-MA é clara e objetiva: Pagamento da PLR dia 31 de março conforme determina o ACT e flexibilização das metas como um todo. Propomos que a Equatorial expurgue todas as notas e metas dos seis piores meses de 2020, período que a pandemia foi mais impactante, inclusive com proibição de efetuar corte dos consumidores inadimplentes, dentre outros. Com essa medida todas as metas seriam atingidas e os trabalhadores receberiam a PLR integralmente, como reconhecimento real do seu trabalho.

Banco de horas é arapuca para trabalhador

O Sindicato comunicou à Equatorial que tem posição firme de não discutir nesse momento o Banco de Horas Negativas da Pandemia, proposto pela empresa. A prioridade agora é resolver a questão da PLR.

Além disso, quando a empresa agendou a reunião com o sindicato, pautou dois temas para discutir: Situação da Pandemia e Pagamento da PLR.

O Sindicato entendeu que a empresa ia apresentar medidas e protocolos para combater a covid e proteger a vida dos seus empregados e não “armar uma arapuca”, como o tal Banco de Horas, para penalizar ainda mais os trabalhadores em momento que já é tão penoso para todos nós.

Como já dissemos, a proposta do Banco é abusiva e cruel, com regras definidas a critério da empresa para atender apenas aos seus interesses.

Impor ao trabalhador que pague as tais horas “negativas” em um ano, sob pena de descontar do seu salário as horas não repostas é um absurdo.

A Equatorial trata os trabalhadores como responsáveis pela pandemia e suas consequências. Os trabalhadores são, na verdade, a parte mais vulnerável nessa relação e, por isso, a empresa deveria protegê-los e, no mínimo, dividir esse custo, negociando e adotando regras claras, humanas e justas para isso.

Ao contrário, a Equatorial quer tirar proveito, com mais exploração do trabalho até nesse momento delicado para toda humanidade. Não vamos compactuar com isso.